**Ata da 25ª Sessão Plenária**

**DATA:** 17/05/2013 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 14h20

**LOCAL:** Sede do CAU/RS **HORÁRIO DE FIM:** 18h33

 **Participantes**

|  |
| --- |
| **Diretoria** |
| Presidente | Roberto Py Gomes da Silveira |
| Vice Presidente | Alberto Fedosow Cabral |
| Conselheiro Federal | Cesar Dorfman |
| Conselheira Federal | Gislaine Saibro |
| **Conselheiros** |
| **Titulares** | **Suplentes** |
| Alvino Jara |   |
|  | Carmen Anita Hoffmann |
| Carlos Eduardo Mesquita Pedone |   |
| Clarissa Monteiro Berny |  |
| Cláudio Fischer |   |
| Cristina Duarte Azevedo |  |
| Fausto Henrique Steffen |  |
| Fernando Oltramari |  |
| Joaquim Eduardo Vidal Hass |  |
| Luiz Antônio Veríssimo |  |
| Marcelo Petrucci Maia |   |
| Maria Bernadete Sinhoreli de Oliveira |  |
| Nirce Saffer Medvedovski |   |
|  | Ednezer Flores |
|  | Alexandre Giorgi |
| Rosana Oppitz |  |
|  | Daniela Fialho |
| **Assessoria Técnica e Administrativa:** |
| Chefe Administrativa Financeira | Carla Carvalho |
| Chefe Área Técnica | Maríndia Girardello |
| Jornalista | Mariane Selli |
| Secretária Executiva | Josiane Bernardi |
| Assistente Administrativo  | Alessandra Scalcon |
| Assistente Administrativo | Leandro Machado  |
| Assistente Administrativo | Thailer Gonçalves |

A pauta proposta para a Sessão Plenária, previamente enviada aos conselheiros, é a que segue:

1. **Aprovação de Atas**
	1. Aprovação Ata 24ª Sessão Plenária do CAU/RS;
	2. Aprovação Ata 03ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/RS;
2. **Relatos da Presidência, Vice-Presidência e Conselho Diretor**
	1. Toyota Prius;
	2. Negociações para aquisição da nova Sede do CAU/RS;
	3. Participação na Sessão Plenária Ampliada do CAU/BR (09 e 10/05/2013);
		1. Reunião com Presidentes dos CAUs sobre proposta de Planejamento Estratégico, Plano de Cargos e Salários e Concurso Público;
		2. Acordo CAU/BR – ABNT;
		3. Palestra TCU;
		4. Situação do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF.
	4. Visita à Infraero (14/05/2013);
	5. Fiscalização Casa Cor (15/05/2013);
	6. Conhecendo o CAU – Lajeado (16/05/2013);
	7. Proposta de Movimentação de funcionários do CAU/RS;
	8. Proposta de Deliberação Plenária para Contratação de Advogados
3. **Relato do Conselheiro Federal**
4. **Relatos das Comissões**
	1. Comissão de Planejamento e Finanças;
	2. Comissão de Exercício Profissional;
	3. Comissão de Ética e Disciplina;
	4. Comissão de Ensino e Formação;
	5. Comissão de Atos Administrativos;
5. **Assuntos Gerais**

Aos 17 dias do mês de março de 2013, o Plenário do Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul reuniu-se na sede do próprio Conselho, para a realização da 25ª Sessão Plenária. Estavam presentes os conselheiros e colaboradores relacionados anteriormente, alcançando quórum para início às 14h20. Esta ata foi redigida pela Secretária Executiva Josiane Bernardi.

1. **Aprovação de Atas**
	1. **Aprovação Ata 24ª Sessão Plenária do CAU/RS;**

A ata enviada previamente aos conselheiros foi aprovada por unanimidade.

* 1. **Aprovação Ata 03ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/RS;**

A ata enviada previamente aos conselheiros foi aprovada por unanimidade.

1. **Relatos da Presidência, Vice-Presidência e Conselho Diretor**
	1. **Toyota Prius;**

O Presidente apresenta fotos do carro cedido, em comodato, pela Toyota e informa que na próxima semana, o CAU/RS deverá receber, com a presença da imprensa automobilística, mais um carro “Prius”. Comenta que o CAU/RS consultou a Toyota sobre a possibilidade de cedência em comodato do Toyota Etios e está no aguardo de retorno.

* 1. **Negociações para aquisição da nova Sede do CAU/RS;**

O Presidente informa que a diretoria ainda está em negociação, aguardando retorno da AES Sul para efetivação da compra.

* 1. **Participação na Sessão Plenária Ampliada do CAU/BR (09 e 10/05/2013);**
		1. **Reunião com Presidentes dos CAUs sobre proposta de Planejamento Estratégico, Plano de Cargos e Salários e Concurso Público;**

O Presidente relata que os Presidentes dos CAU/UF participaram de reunião com a Empresa Symnetics, contratada pelo CAU/BR para realizar o Planejamento Estratégico, o Plano de Cargos e Salários e o Concurso Público dos CAUs, sendo a critério de cada CAU, aderir ou não ao projeto. Salienta que esclareceu que o CAU/RS considera interessante que o CAU/BR elabore o Planejamento Estratégico, sendo alterado por cada CAU/UF, de acordo com suas necessidades. Comenta que, a princípio, os CAUs que realizarem o concurso separado, também deverão fazer seu próprio plano de cargos e salários. O Presidente comenta que, provavelmente, CAU/SP, CAU/PR, CAU/MG e o CAU/RS farão seus próprios concursos públicos para a contratação dos servidores.

O Presidente entende que para os CAU/UF que contam com um número pequeno de Conselheiros, poderá ser válido um concurso único, porém este assunto será resolvido em um próximo momento.

O Presidente relata que o CAU/BR tem a convicção de que os CAUs pequenos, não tem como montar sua estrutura, de forma que precisarão de auxílio.

* + 1. **Acordo CAU/BR – ABNT;**

O Presidente informa que o CAU/BR assinou um termo de convênio, como mantenedor da ABNT.

* + 1. **Palestra TCU;**

O presidente comenta que um funcionário do TCU palestrou sobre as responsabilidades nas decisões e sobre a legalidade das questões. Salienta que questionou sobre a possibilidade de o CAU participar do sistema S, como Fiergs, Sesc, Senac, que são privadas, mas prestam serviço público e a orientação deste representante do TCU foi de que os principais conselhos nacionais podem reunir-se e buscar esta alteração na lei.

* + 1. **Situação do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF.**

O presidente comenta que na Reunião de Presidentes em Boa vista, relatou sobre a posição do CAU/RS quanto ao Fundo, e reforçou a opinião na reunião ampliada, quando o assunto foi abordado e questionado. Procurou deixar claro que o CAU/RS tentou conversar com o jurídico do CAU/BR, na busca por uma solução amigável.

* 1. **Visita à Infraero (14/05/2013);**

O presidente relata que o CAU/BR fez um levantamento da acessibilidade dos principais aeroportos do país, porém o Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre, não fez parte desta análise e o jornal Correio do Povo questionou a opinião do CAU/RS sobre o mesmo. Comenta que ele, a assessora técnica Maríndia e ao agente de fiscalização Rogério, estiveram na Infraero, na última terça-feira, e que ficaram impressionados com a competência e com trabalho prestado pela arquiteta responsável pela estrutura do Aeroporto. Comenta que visitaram os terminais 01 e 02, e foram informados de que a própria Infraero não possui informações aprofundadas do terminal 02, o que não permite mudanças estruturais expressivas. O Presidente informa que questionou sobre o módulo de apoio, pré-montado, e a arquiteta esclareceu que este módulo existe em diferentes aeroportos. Questionou também sobre o elevador no desembarque, tanto em voos domésticos, quanto internacionais. A arquiteta e urbanista Márcia Loureiro Chaves Soldera esclareceu que o elevador é pequeno, e faz parte do projeto original.

A Conselheira Rosana comenta que teve a oportunidade de visitar o aeroporto, conforme convocação do Presidente Roberto Py e salienta que a legislação de 2004, obrigava os aeroportos e rodoviárias a estarem com acessibilidade pronta até o ano de 2008, o que de fato ainda não ocorreu. Entende que cabe uma ação específica do CAU, para não abrir o precedente de perder esta atribuição, visando a fiscalização da acessibilidade nos locais públicos.

A Conselheira Daniela comenta sobre a praça de alimentação do Aeroporto de Brasília, que se trata de um local insalubre.

O Conselheiro Federal Cesar Dorfman comenta que sempre teve preocupação com o segundo andar do aeroporto de Brasília e relata que encontrou com o arquiteto responsável pelo projeto e, na ocasião, questionou sobre a situação, tendo recebido a explicação de que aonde tem esta praça aberta, seria uma área exclusiva para visitação, porém tornou-se uma praça de alimentação e que agora está sendo distribuída em outros andares.

A Conselheira Carmen questiona sobre a posição do CAU/RS com relação ao questionamento do Jornal Correio do Povo.

O Presidente informa que a assessoria de imprensa do CAU/RS está redigindo matéria para responder ao questionamento.

* 1. **Fiscalização Casa Cor (15/05/2013);**

O Presidente relata que os agentes fiscais do CAU/RS, Aline e Rogério, estiveram na Casa Cor, para realizarem a fiscalização do evento. Salienta que após identificarem os RRTs, conversaram com vários Designers de Interiores, que em sua maioria trabalham junto de profissionais da arquitetura e urbanismo.

O Conselheiro Cabral comenta que visualizou o material preparado pela Fiscal Aline, e considerou um número alto de RRTs.

* 1. **Conhecendo o CAU – Lajeado (16/05/2013);**

O presidente relata que o evento, mesmo tendo sido agendado com pouca antecedência, foi positivo e que foram realizados 22 cadastramentos biométricos e entregues 44 carteiras a profissionais.

Relata que, às 17h15 participou de uma entrevista na Rádio Independente AM de Lajeado, onde pode explanar sobre as atividades do CAU/RS.

Salienta que a equipe esteve em reunião com a Secretária do Planejamento, Arquiteta e Urbanista Marta Peixoto, que conta com 07 arquitetos em sua equipe e que a Prefeitura Municipal de Lajeado está aguardando o envio do Termo de Cooperação Técnica.

* 1. **Proposta de alteração de cargos de funcionários do CAU/RS;**

O presidente apresenta proposta de alteração de cargos dos funcionários Alessandra Scalcon, Daianna Marcon, Leandro Machado, que foram contratados como assistentes administrativos, que passem para o cargo de Analista Administrativo, tendo a remuneração alterada para R$ R$ 2.321,00 (dois mil, trezentos e vinte e um reais), pois assumiram mais funções e por se destacarem e realizarem suas atividades com presteza. E também a adequação de cargo e salário da funcionária Josiane Bernardi, que foi contratada como Secretária Executiva e atua como Secretária do Gabinete da Presidência, tendo a remuneração alterada para R$ 3.281,00 (três mil duzentos e oitenta e um reais).

O presidente coloca em votação a proposta de alteração de cargos e salários para os funcionários, conforme descrito acima.

O plenário aprova a deliberação por unanimidade.

* 1. **Proposta de deliberação plenária para contratação de advogados**

O presidente comenta que com a rescisão do contrato do Escritório de Advocacia Calegari, surgiu a necessidade de contratação de 04 Advogados ou Bacharéis em Ciências Jurídicas para suprir a necessidade de contar com assessoria jurídica permanente para atender à crescente demanda de orientação e pareceres, provenientes tanto das unidades operacionais, quanto dos Conselheiros e da Presidência do CAU/RS. Salienta que estes profissionais atuariam junto ao advogado Filipe Santa Maria.

O Conselheiro Cabral entende que o concurso deve sair logo, sendo previsto que em março do próximo ano os servidores concursados assumam, desta forma não é necessário um desgaste sobre este assunto.

O presidente coloca em votação a proposta de contratação de até 04 advogados ou bacharéis em ciências jurídicas.

O plenário aprova a deliberação por unanimidade.

1. **Relato do Conselheiro Federal**

O Conselheiro Federal Dorfman relata que é Coordenador da Comissão de Política Profissional e membro da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR e esclarece que se deve a isto, sua falta de tempo e longa ausência no plenário do CAU/RS.

Relata que, não pretende nas próximas eleições do CAU, participar de nenhuma atividade do CAU/BR ou CAU/RS. Desta forma, enquanto Conselheiro Federal faz e fará o máximo para auxiliar o Conselho, pois sabe que muitas das pessoas que iniciaram a luta pela fundação do CAU não tiveram a oportunidade de ver as coisas acontecerem.

O Conselheiro Federal Dorfman comenta que no final do ano passado, sentia-se frustrado, pois as políticas idealizadas para o Conselho são difíceis de serem concretizadas. Salienta que a Comissão de Política Profissional foi criada e tem a incumbência de pegar a história e fazer com que aconteça e que possui a expectativa de que tudo fique encaminhado, para que seja concretizado na 2ª ou 3ª gestão.

O Conselheiro informa que a Comissão de Política Profissional está tratando da possibilidade de criar um decreto de lei federal com obrigatoriedade de concursos públicos para obras dos governos federais e estaduais e salienta que no mercado europeu ocorre desta forma. Quanto à assistência técnica, juntando as entidades envolvidas, FNA e IAB, com trabalho executado e cartilha, na primeira reunião foram dirimidas as dúvidas e divergências e agora está a cargo das entidades a continuidade do processo.

A CPP considera importante a Cobrança do Salário Mínimo Profissional, e que com exceção dos estatutários, todos os profissionais, por lei, têm direito a receber o salario mínimo profissional.

O Conselheiro Federal Dorfman aponta que outro assunto tratado pela Comissão é sobre a importância de as prefeituras terem arquitetos em seu quadro de funcionários. Salienta que os CAU/UF estão trabalhando neste sentido e que este assunto já foi disseminado. A lei determina que municípios com mais de 20 mil habitantes devem ter um arquiteto na prefeitura e quando menor, deve haver um profissional contratado para assinar os projetos. O CAU/BR pretende iniciar uma fiscalização neste sentido.

O Conselheiro comenta que estas quatro ações serão trabalhadas pelo CAU/BR e acredita que deverá ser lançada uma campanha no próximo ano. Entende que a elevação de patamar, não depende só dos clientes, e não compreende a resistência de colegas que consideram inviável a implantação do salário mínimo profissional.

Entende que no Brasil os arquitetos estrangeiros têm uma facilidade grande de estabelecer-se e trabalhar. Comenta que conversou com colegas de São Paulo e Rio de Janeiro, e que todos consideram que falta fiscalização. Comenta que, mais uma vez, o CAU/RS pode ser exemplo. Cita a obra de revitalização do cais do porto, que está sendo realizada por arquitetos espanhóis e relata que vários profissionais do exterior estão realizando parcerias com escritórios de arquitetura brasileiros. Em sua opinião o CAU deveria realizar uma fiscalização efetiva, na busca pela revalidação dos diplomas destes profissionais.

O Conselheiro Federal Dorfman comenta que na penúltima plenária do CAU/BR, pela primeira vez pediu vista a um processo que tratava sobre o registro de equipes estrangeiras em parcerias com equipes brasileiras, que tinha como proposta que a empresa estrangeira tivesse um arquiteto brasileiro responsável e assim poderia trabalhar livremente. Retornou para Porto Alegre e pediu orientação a um advogado, que elaborou um parecer jurídico contendo em torno de 20 páginas, afirmando que é obrigatório e legal que o arquiteto estrangeiro que queira atuar no Brasil, tenha seu diploma revalidado. Na última plenária, o advogado do CAU/BR informou que não conseguiu se inteirar sobre o assunto e só não foi aprovado, pois o Conselheiro Federal do Ceará pediu vista novamente ao processo.

Sobre a questão de engenheiros e arquitetos realizarem projetos, a princípio era para ser tratado por uma comissão mista do CAU/BR, porém ainda não ocorreu nada.

O Presidente considera que se depender do CONFEA, não acontecerá nada e tem dúvidas se o CAU também quer uma definição neste assunto.

A Conselheira Rosana atenta para o fato de que em setembro será votado na SOEA em Gramado, a nova legislação que irá suprimir a Lei 5.194 e nela as atribuições de engenheiros civis, contemplam todas as atribuições dos arquitetos e urbanistas. Em sua opinião, o CAU está perdendo tempo.

O Conselheiro Federal Dorfman comenta que não deve demorar muito para que este assunto seja levado ao Plenário do CAU/BR.

Informa que a Comissão de Política Profissional tem previsto para o ano de 2013, além de outras atividades, a realização de três encontros regionais, sendo o do Sul em São Paulo, que devem ocorrer na segunda semana dos meses de agosto, setembro e outubro, com a finalidade de apresentar todas as resoluções políticas que estão sendo tratadas e repassar aos presidentes dos CAU/UF, pois está havendo uma dissociação entre a elaboração e a ação.

O Conselheiro Federal Dorfman informa que está em pauta na Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, o controle sobre abertura de novas escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil, pois hoje existem mais de 280 escolas e a tendência é que este número aumente desregradamente. Em reunião no Conselho Nacional de Educação, e o CAU/BR deve propor que se determine onde podem ou não ser abertas escolas.

Outro assunto que está sendo analisado é a retomada da ligação entre universidade e prática profissional, que se trata de uma ruptura ocorrida há mais de duas décadas e cada vez é mais prejudicial à classe.

O Conselheiro comenta que países desenvolvidos, como Inglaterra, França, Espanha, EUA, Colômbia, entre outros, têm residência e exame profissional. O CAU/BR entende que a residência deve ser feita em convênio com o governo, para trabalhar na assistência técnica. Desta forma, haverá condições de alocar estes profissionais. Quanto ao exame do CAU, de acordo com o parecer jurídico, todos os conselhos possuem autonomia para realizar seus exames, caso tenham interesse, e que no CAU/BR é quase consenso de que se deve fazer o exame.

A Conselheira Gislaine comenta que, em sua opinião, dois pontos estão polêmicos. Quanto aos escritórios ou profissionais estrangeiros, que realizavam parcerias com escritórios do Brasil, para poderem trabalhar, entende que o CAU quer acabar com este trâmite, questiona se o parecer jurídico dá respaldo para esta necessidade de revalidação do diploma e quanto à possibilidade de realização do exame do CAU.

O Conselheiro Dorfman esclarece que o parecer é longo e ramificado e que em relação aos arquitetos estrangeiros, este advogado comentou que o único conselho no qual o CAU deve se basear, é a OAB. Cita como exemplo, que advogado estrangeiro não pode advogar no Brasil, a não ser em processos internacionais e que em sua opinião quem faz arquitetura são arquitetos e não empresas de arquitetura e que estas deveriam ser compostas somente de arquitetos. Salienta que este é um dos pontos de defesa. Quanto ao exame, entende que mesmo sendo feito informalmente, será importante e salienta que, no aspecto jurídico, os conselhos tem autonomia de realizar.

O Conselheiro Cabral relata que, em sua opinião deveria ser absolutamente proibida a chegada de profissionais estrangeiros no Brasil. Comenta que alguns grandes escritórios estão iniciando projetos no Brasil e desenvolvendo os mesmo na China, na Índia, para serem finalizados e aplicados aqui.

O Conselheiro Federal Dorfman comenta que há um grupo de Cingapura fazendo grandes projetos em Brasília e que em sua opinião os CAU/UF devem fiscalizar.

O Conselheiro Cabral comenta que as exigências que existem para os concursos públicos para projetos arquitetônicos são enormes e absurdas.

O Presidente comenta que na América Latina não é tão fácil de estabelecer. Entende que o CAU/BR deve fiscalizar e deve ser apoiado por todos os profissionais.

A Conselheira Daniela comenta que desde o início do ano, ocorreram duas reuniões em Brasília, onde representantes da UFRGS estiveram presentes, para pedir agilidade na revalidação de diplomas. Salienta que a ênfase é nos profissionais portugueses, e que já houve uma decisão no sentido de que antes tinha 06 meses para dar retorno e agora algumas universidades pedem que não passe de três meses para este retorno e revalidação.

O Conselheiro Federal Dorfman preocupa-se e entende que os CAU/UF devem interferir e não somente aguardar ações do CAU/BR.

O Conselheiro Haas comenta que, quando os arquitetos estrangeiros vêm para o Brasil é com todo o apoio do governo, com uma grande equipe, apoio de embaixadas e simplesmente se associando a um profissional brasileiro, abrem seus escritórios e adquirem o direito de trabalhar como os brasileiros.

A Conselheira Bernadete entende que estes profissionais não vêm para uma troca de experiências e sim para tirar espaço dos que aqui estão.

O Conselheiro Ednezer comenta que no Seminário de Ética fez esta manifestação, pois em sua opinião o Brasil está sendo invadido por profissionais estrangeiros. Entende que o CAU/RS deve iniciar atividades para que os arquitetos e urbanistas do RS não percam espaço e sugere que este assunto seja analisado.

A Conselheira Nirce comenta que seis de seus alunos, estão indo para o exterior. Recorda que algum tempo atrás foi feito um grande convênio com a Caixa com o intuito de disponibilizar conhecimento técnico no Brasil, para posteriormente abrir espaço para as empresas estrangeiras. Entende que é uma questão que deve ser analisada, até onde a abertura de mercado é para os brasileiros no exterior.

O Presidente comenta que na Universidade de Lyon, por exemplo, existiam programas que permitiam fazer a graduação na França, dirigidas a famílias da América Latina, Ásia e África pois a França precisava de mercado para seus profissionais, oferecia cursos, a custos baixos, sendo as turmas formadas por 50% de alunos franceses e 50% estrangeiros.

O Conselheiro Haas comenta que a Apex - Agência Brasileira de Promoção de Investimentos junto da AsBEA, está trabalhando no sentido de levar profissionais para outros países.

A Conselheira Rosana relata que a lei 12.378 já regra o registro dos estrangeiros, em três parágrafos específicos.

O Conselheiro Federal Dorfman pede desculpas ao Presidente Py, pois não pode comparecer à maior parte dos eventos e reuniões em que foi convidado pelo CAU/RS. O Presidente agradece a presença do Conselheiro Federal Dorfman.

1. **Relatos das Comissões**
	1. **Comissão de Planejamento e Finanças;**

O Conselheiro Fausto relata que no dia 27 haverá reunião da Comissão de Licitações para aquisição de materiais de expediente e auditoria contábil.

O Conselheiro Fausto apresenta os Grupos e Deliberações da Comissão de Planejamento e Finanças para aprovação:

**Grupo 01**

**Deliberação nº 50/2013** – Aquisição de Blocos de Fiscalização

**Deliberação nº 51/2013** – Aquisição de Máquina para preenchimento de cheque

**Deliberação nº 52/2013** – Aquisição de dispenser e refil de álcool gel

**Deliberação nº 53/2013** – Aquisição de adesivos para identificação de veículos

**Deliberação nº 54/2013** – Locação de garagem para veículos comodato

O Presidente coloca em votação e o plenário aprova as deliberações do Grupo 01, por unanimidade.

**Grupo 02**

**Deliberação nº 56/2013** – Contratação de seguro para veículos em comodato para o CAU/RS

O Presidente coloca em votação e o plenário aprova as deliberações do Grupo 02, por unanimidade.

O Conselheiro Fausto apresenta comparativo entre locação e aquisição de veículos e comenta que a comissão gostaria de iniciar processo licitatório para aquisição de veículos.

O presidente relata que o CAU/SP também está realizando licitação para aquisição de veículo e coloca em votação a proposta de abertura de processo licitatório para aquisição de 05 veículos para o CAU/RS.

A deliberação é aprovada por unanimidade.

* 1. **Comissão de Exercício Profissional;**

O Conselheiro Pedone relata que a CEP está em busca de firmar convênio com a CNJ para ouvidoria e processo judicial eletrônico. Comenta que nos dias 04 e 05 de julho, ocorrerá o terceiro encontro de fiscalização do CAU/BR em Porto Alegre.

O Conselheiro Pedone apresenta relatório sobre a situação dos termos de cooperação técnica com municípios do RS.

A Conselheira Carmen questiona se comente os conselheiros podem iniciar estes contatos com as prefeituras, para firmar os termos de cooperação técnica, se pode haver uma campanha a nível estadual ou como podem ser realizados estes contatos.

O Conselheiro Pedone comenta que não é simples de os prefeitos entenderem a importância da assinatura destes termos de cooperação técnica e relata que a Conselheira Rosana iniciará contato com as prefeituras da região do Vale dos Sinos.

O Conselheiro Pedone relata que foram fiscalizados 51 eventos e que CEP recebeu 55 denúncias estando 13 em andamento, 18 resolvidas e 24 com falta de informações.

O Conselheiro Pedone apresenta um modelo de “selo de conformidade” que a CEP está criando, com o aval do conselho diretor, para que quando os profissionais fizerem suas RRTs, recebam seus selos para colocarem nas obras.

O presidente entende que este selo deve ser aprovado pelo plenário e que não se trata de um selo de fiscalização.

O Conselheiro Cabral considera muito interessante que as obras tenham um selo.

A Conselheira Bernadete sugere que, além de constar o número da RRT, conste também o número do processo.

A Conselheira Gislaine entendeu que este selo estará disponível aos profissionais que tiverem interesse em colocar o mesmo em sua obra. Questiona quem será o responsável por colocar o número do RRT.

O Conselheiro Fischer acredita que o selo deve sair pronto do CAU/RS, com o aval do sistema e enviado pelo correio, para os profissionais do interior.

A Conselheira Clarissa esclarece que a CEP entendeu que a principio, no interior estes selos poderão ser entregues pelas prefeituras com as quais o CAU/RS tenha convênio firmado.

A Conselheira Gislaine entende que o CAU/RS deve promover esta entrega e não as prefeituras ou os próprios profissionais.

O Conselheiro Alvino entende que o selo é importante, é favorável, porém se preocupa com a parte da logística e que o Conselho deve encontrar uma forma de enviar ou entregar aos profissionais os selos de conformidade.

A Conselheira Nirce comenta que, atualmente, existe um sistema de envio digital de certificados, com todas as informações.

O Presidente comenta que a CEP está estabelecendo que este selo deva ser usado pelo profissional e considera interessante a ideia da Conselheira Nirce, porém acredita que inicialmente a pretensão da Comissão não é de obrigar o profissional a colocar o selo e sim aderir espontaneamente.

A Conselheira Daniela concorda com a Conselheira Nirce e comenta que ao enviar um arquivo com uma certificação digital, deve em algum lugar constar o link para acesso.

O Conselheiro Cabral comenta que gostaria de ter uma mensagem eletrônica, que pudesse colocar em suas placas. Sugere que quando o profissional recebe a validação do RRT, via e-mail, pode receber o link do selo de conformidade.

A Conselheira Gislaine considera interessante que o profissional entre no sistema e com seus dados consiga imprimir o selo, porém esclarece que o e-mail com a validação do RRT, é enviado pelo SICCAU, desta forma deveria ser proposto a todos os CAUs que aderissem, caso tivessem interesse ou o CAU/RS deverá encontrar uma maneira de enviar o link.

A Conselheira Carmen comenta que os profissionais do interior cobram a presença do CAU/RS nas cidades e entende que este selo pode ser interessante para ajudar na divulgação.

A Conselheira Rosana comenta que a CEP apresentou proposta como um estudo da probabilidade de o CAU/RS ter um selo de conformidade e sugere que a questão retorne a Comissão para ser analisada e posteriormente ser apresentada ao plenário.

O Presidente concorda que este assunto retorne a comissão para aprofundamento e posteriormente ser apresentado novamente ao plenário.

O Conselheiro Pedone apresenta relatório sobre os RRTs e a funcionária Maríndia relata que há mais de 1100 empresas cadastradas no CAU/RS.

O Conselheiro Pedone relata que ele, a Conselheira Rosana e o Diretor Geral Eduardo Bimbi irão participar do Seminário Legislativo do CAU/BR, nos dias 22 e 23 de maio, em Brasília.

O Presidente comenta que o CAU/BR possui um grande levantamento de projetos de leis, e devem se ater e priorizar o que interessa ao CAU.

A Conselheira Rosana comenta que a maior preocupação é com relação às PLs de Paisagismo, Carteira Provisória, Designer de Interiores e Designer.

* 1. **Comissão de Ética e Disciplina;**

O Conselheiro Marcelo relata que estiveram presente no Seminário Estadual de Ética e Disciplina ocorrido na faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 09/05/2013, representantes da Feevale, o Cícero, Presidente do SAERGS, alguns colegas do IAB e alguns Conselheiros do CAU/RS. No total havia em torno de 23 pessoas além da mesa e 30 pessoas acompanhando virtualmente. Relata que o Conselheiro Nino reuniu um grupo de 20 a 30 pessoas, em Passo Fundo, que também assistiu o evento via web e que o custo para a realização do evento foi de R$ 5.739,45.

O Conselheiro Marcelo apresenta minuta do Código de Ética e esclarece que a mesma foi escrita pelo arquiteto e urbanista João Onório, tendo sido baseada no UIA, pois se entende que os parâmetros se assemelham à realidade do Brasil. Ressalta que a Advogada Adriana Ilha esteve no seminário e esclareceu várias dúvidas que surgiram no decorrer do evento.

O Conselheiro Fischer comenta que foi interessante e consistente, porém relata que se sentiu frustrado com a pequena participação das pessoas, dos profissionais do estado e entende que o CAU/RS deveria dar uma atenção maior a este assunto, que considera de suma relevância.

O presidente salienta que não se pode desmotivar pela pouca participação e entende que o tema deve ser discutido em plenário.

A Conselheira Clarissa comenta que não conseguiu participar, mas considera a discussão deste tema, muito importante. Concorda que deve haver uma discussão em plenária sobre o tema, no sentido de contribuir.

O Conselheiro Marcelo lê os pontos principais das informações compiladas no evento e salienta que estes materiais serão enviados a todos os Conselheiros para que façam suas contribuições via e-mail, a intenção é formular uma opinião do estado e não individual.

O Presidente comenta que um grande tempo da plenária foi gasto com o relato do Conselheiro Federal Dorfman, o que foi muito importante para deixar o plenário do CAU/RS a par do que esta sendo feito nas comissões das quais ele participa.

Não havendo mais assuntos pendentes, o presidente encerra a reunião às 18h33.

**Roberto Py Gomes da Silveira**

**Presidente do CAU/RS**